

Brasília e os discursos de apropriação: da urbs à polis

» JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR
Professor emérito e ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB)

» BENNY SCHVARBERG
Professor titular da UnB e integrante do Comitê de Gestão Participativa

» SABRINA DURIGON MARQUES e LUDMILA CORREIA
Professoras universitárias e integrantes do Comitê de Gestão Participativa, acompanham a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial

“Ficando a cidade saturada, sem poder acolher novos habitantes, fez-se surgir apressadamente cidades suburbanas, vastos e compactos blocos de caixotes para alugar ou loteamentos intermináveis. A mão de obra intercambiável, que absolutamente não está ligada por um vínculo estável à indústria, suporta de manhã, à tarde e à noite, no verão e no inverno, a perpétua movimentação e a deprimente confusão dos transportes coletivos. Horas inteiras se dissolvem nesses deslocamentos desordenados.” (Carta de Atenas)



Embora o contexto trazido pela citação pareça contemporâneo às nossas cidades, ele faz parte de trecho da *Carta de Atenas*, escrita pelo urbanista Le Corbusier em 1931, durante o Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos que ocorreu na Grécia.

Brasília, erguida no período que imediatamente antecede à ditadura militar e dentro do propósito modernista, teve como um de seus principais inspiradores Le Corbusier, membro de um grupo de urbanistas modernos que acreditavam serem capazes de mudar a vida das pessoas a partir da arquitetura e do urbanismo. Tivemos, no início da década de 1960, uma conjuntura que minava fortemente a participação popular nas discussões sobre os rumos que a cidade tomaria a partir de sua ocupação e consolidação. Ao mesmo tempo em que o momento político reprimia a vontade popular e a ocupação das ruas, o ideário arquitetônico e urbanístico moderno se julgava com potencial de resolver, de cima para baixo, os problemas da cidade.

Mas a tomada da rua pelo povo não desapareceu, ficou desvanecida até a redemocratização do país e, recentemente, passou por novo processo de esvaziamento por quase uma década, quando vivemos um momento de forte repressão política nas ruas. Vivemos agora novas oportunidades de resgatar as esferas democráticas representadas pela rua — enquanto espaço público da ação —, por meio dos processos de caráter participativo em andamento, mesmo que limitadamente, no Distrito Federal.

O Plano Diretor de Ordenamento Territorial passa por processo de revisão, tendo sido realizadas oficinas nas diferentes regiões administrativas. A estrutura de governança para sua revisão conta com um Comitê de Gestão Participativa, que vem gerindo, junto à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF, os debates que culminarão com uma proposta legislativa a ser enviada à CLDF. Antes disso, no entanto, serão promovidas as audiências públicas, para as quais é indispensável, amparada no marco legal do Estatuto da Cidade, a participação da

população distrital.

Outro projeto em debate público atualmente na CLDF é o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), que regula a área tombada como patrimônio pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e traz a possibilidade de pensar a requalificação de diversas áreas pouco ocupadas ou esquecidas pela mudança dinâmica da cidade.

Também este ano, o governo federal convocou a Conferência Nacional das Cidades para novembro, com o mote *Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas*, com subtemas: cidades dignas, solidárias, sustentáveis e dinâmicas. Transformar Brasília, uma das cidades mais desiguais do mundo, em uma cidade justa e solidária, é um dos desafios que está colocado para nós, seus habitantes.

A Conferência Distrital é etapa do ciclo local precedente à nacional, e está prevista para setembro deste ano, com o tema *Função Social da Cidade e da Propriedade Urbana*, oportunidade em que poderemos reivindicar a escala humana de Brasília, repensando a cidade enquanto bem comum, que deve ser igualmente usufruída por todas as pessoas, independentemente do local de moradia. As cidades têm caráter dinâmico, mudam constantemente. A Brasília de 1960 não existe mais. É preciso adequar a legislação às demandas populares a fim de que tenhamos uma cidade

democrática e em conformidade com os objetivos da Nova Agenda Urbana, proporcionando um espaço público que acolha toda a população.

Passados 64 anos de criação da nossa capital, já acumulamos experiência suficiente para adequar o espaço concebido ao espaço vivido, e por isso “vamos precisar de todo mundo” para construir a Brasília que queremos para as presentes e futuras gerações. A transformação de nossa capital em uma pólis só será possível com a efetiva tomada do protagonismo pela população.

Cada um de nós — técnicos do governo, comunidade acadêmica, entidades de classe, os movimentos sociais, os coletivos e todas organizações da sociedade civil — dentro de nossas competências, tem um papel fundamental a desempenhar. Enquanto os técnicos do governo trazem sua experiência em políticas, planejamento e gestão públicos; a comunidade acadêmica desenvolve pesquisas, análises e propostas embasadas em conhecimento científico; as entidades de classe representam os interesses de diversos setores da sociedade; e os movimentos sociais e coletivos trazem a voz das comunidades vulnerabilizadas, defendendo seus direitos e necessidades. Agindo de forma articulada, poderemos avançar no sentido de efetivar a participação social no planejamento das cidades, rompendo com a lógica autoritária de cima para baixo e fortalecendo as dinâmicas democráticas e participativas.

Com quantos pilares se reconstrói uma floresta?

» MALU PAIVA
Vice-presidente de sustentabilidade da Vale

Estamos apenas no primeiro trimestre do ano e enfrentamos a terceira onda de calor extremo. Com o aumento das temperaturas, cresce também a percepção da crise climática e a urgência de concentrar esforços na conservação e recuperação de áreas florestais. O Brasil pretende restaurar 12 milhões de hectares de floresta e outras paisagens até 2030, conforme estabelecido no Plano Nacional para Restaurar Vegetação Nativa (Planveg). Além disso, o Plano ABC prevê a restauração de 15 milhões de hectares de áreas degradadas em todo o país no mesmo período.

Grandes desafios demandam soluções igualmente grandiosas, mas também inovadoras. Em 2020, em consonância com as metas governamentais, a Vale se propôs, de forma voluntária, a conservar 400 mil hectares de áreas e recuperar outros 100 mil hectares, também até 2030. A empresa ajuda a proteger 1 milhão de hectares pelo mundo. Deste total, 800 mil hectares estão na Amazônia, área equivalente a cinco vezes a cidade de São Paulo, e que representam um estoque de 490 milhões de toneladas de carbono equivalente.

A parcela do programa destinada à recuperação é liderada pelo Fundo Vale, uma associação sem fins lucrativos, que atua como um veículo de fomento e investimento de impacto voltado para a geração de impacto socioambiental positivo. As Soluções Baseadas na Natureza (SbN), como sistemas agroflorestais, silvipastoris e agrossilvipastoris, guiam a maioria das iniciativas apoiadas pelo Fundo Vale em florestas.

A meta de recuperação de 100 mil hectares acabou se tornando um dos maiores projetos privados de restauração de ecossistemas por meio de sistemas sustentáveis de produção em curso no Brasil. Com o propósito de inspirar projetos similares em empresas comprometidas com a neutralização de carbono de suas operações, dividimos aqui os pilares que compõem nossa estratégia.

Aportar e destravar o capital financeiro. Facilitar o acesso a recursos financeiros e aos mercados para iniciativas que sustentam a floresta é urgente para atingir a escala necessária para a conservação e restauração das florestas. Atuamos na articulação com investidores para fomentar arranjos de blended finance, que combinam recursos de filantropia com investimentos públicos e privados.

Catalisar negócios de impacto. Apoiar para que os negócios operem em uma cadeia de valor sustentável, acelerando o desenvolvimento, a maturação e o crescimento de startups voltadas para a bioeconomia e que valorizem parcerias com produtores locais.

Construir capacidades. É possível fazer análises preditivas de dados para prevenir o desmatamento ilegal antes que ocorra. É o que faz a plataforma PrevisiA, desenvolvida pela Imazon com o apoio do Fundo Vale, por meio de computação em nuvem e inteligência artificial. Ao identificar potenciais riscos na Amazônia, a plataforma disponibiliza essas informações gratuitamente para apoiar ações preventivas e auxiliar na tomada de decisões por parte dos gestores públicos. Produzir e disseminar conhecimento é o pilar pelo qual multiplicamos o impacto positivo. A PrevisiA é resultado disso.

Atuar em coalizões. Nossa atuação contempla parcerias com gestoras de fundos, fundos de investimento, organizações socioambientais, empresas prestadoras de serviço, bancos de desenvolvimento, organizações dinamizadoras, bancos de desenvolvimento, agências multilaterais, órgãos públicos ambientais, entidades de inovação e empresas com fins lucrativos, incluindo off takers da bioeconomia.

Por meio desses quatro pilares, o Fundo Vale construiu um ecossistema de impacto que sustenta nossa tese de que não basta apenas plantar árvores e criar reservas; é preciso gerar valor ambiental, social e econômico. É o que está acontecendo com a startup Belterra, que recebeu apoio do Fundo Vale nas quatro frentes.

A empresa implantou 2 mil hectares de sistemas agroflorestais em pequenas e médias propriedades rurais nos biomas da Amazônia e da Mata Atlântica, auxiliando na preservação de 20 mil hectares e apoiando o desenvolvimento socioeconômico dessas comunidades. Resultados consistentes na recuperação e conservação de florestas requerem uma abordagem holística, que considere e integre particularidades ambientais, sociais e econômicas. E isso só é possível com estratégias inteligentes de alocação de recurso.

Do Bernabeu à Asa Sul, a bola é preta

» RICARDO NOGUEIRA VIANA
Delegado chefe da 35ª DP e professor de educação física

No início de abril, Brasília evidenciou mais um caso de racismo, só que, dessa vez, ocorrido entre adolescentes durante uma partida de futebol de salão entre duas escolas de classe média localizadas na Asa Sul. O fato aconteceu justamente na comemoração dos 100 anos do documento denominado *Resposta histórica*, no qual o Clube de Regatas Vasco da Gama se posiciona contra a discriminação racial no futebol e promove uma ruptura com os padrões europeus que prevaleciam na prática desportiva. São dois fatos aparentemente díspares que se interseccionam por tratarem-se de ações preconceituosas e, lamentavelmente, envolverem o esporte. Quando nossas relações sociais chafurdam, restam às leis a punição daqueles que não conseguem viver em harmonia com seus pares.

O futebol, de origem inglesa, chegou ao Brasil no início do século 20, restrito à elite dominante da época, ou seja, aos brancos e ricos. Em 1924, o Vasco da Gama protagonizou um dos mais emblemáticos e simbólicos movimentos de emancipação e redenção para o povo negro e pobre brasileiro. Após uma campanha notável, o time formado por negros e operários alcançou a primeira divisão carioca de futebol. O brilho cruzmaltino causou a ira dos concorrentes, que exigiram a expulsão de 12 jogadores para a permanência do clube na agremiação. Um ponto em comum entre os atletas excluídos era que todos eram negros ou operários. O Gigante da Colina se aquilombou e redigiu um documento manifestando-se contra

o preconceito racial e posicionando-se a favor da igualdade e inclusão de todos os brasileiros. A partir daí, podemos mencionar nomes como Didi, Pelé, Vini Junior e o brasileiro Endrick.

Após um século da insurreição cruzmaltina, o racismo persiste, principalmente extracampo. “É cada vez mais triste. Cada vez sinto menos vontade de jogar”, disse o atacante Vini Junior, do Real Madrid, em mais um episódio de hostilidade que sofreu no futebol espanhol. A Espanha, um país com um passado colonizador e explorador de nações que ainda sofrem com o subdesenvolvimento, assimila em sua sociedade o racismo ostensivo, mesmo em relação aos que proporcionam o espetáculo, driblam e balançam as redes. E aqui, na ex-colônia, como estamos? Nada além: Gabi Gol, Aranha, Wallace Souza, todos atletas profissionais, negros, famosos, que foram alvo de ofensas racistas enquanto exerciam os seus ofícios.

De onde partem essas ofensas? Dos torcedores, que refletem uma parcela significativa da sociedade, que, diga-se: é mais abastada, frequenta os estádios e vê nas pessoas negras suas próprias frustrações, permitindo-se impor uma hierarquia histórico-socialmente construída que não reconhece os afrodescendentes, independentemente de sua classe social, por seus talentos e ideias. De um grande estádio a uma plateia de um jogo entre adolescentes, o cenário muda, mas o produto é o mesmo: uma sociedade doente, preconceituosa e autoritária, com uma diferença sensível; no caso ocorrido na capital, os envolvidos eram garotos.

É preciso questionar: esses púberes já nasceram

odiando outros pela cor da pele? Será que não são capazes de respeitar as diferenças? Certamente, esse desamor foi cultivado desde suas tenras idades. Duas escolas de classe média, com um adendo: um dos times tinha jovens negros em sua composição. Se a vitória não veio por meio dos gols, a escola da “Casa Grande” mirou no estereótipo: “macaco, filho de empregada, pobrinho”.

Aparentemente, são palavras morfológicamente diferentes, mas foram usadas como adjetivos pejorativos para discriminar. Ali não havia animais, mas sim filhos de empregados que construíram este país por meio de açoites, estupros e mortes; foram relegados às margens desta sociedade que até hoje os invisibiliza; que se homizia diante de estatísticas indignas, como desemprego, analfabetismo, baixos salários e ocupações informais. Agora, resta identificar quem eram os verdadeiramente pobres? Os pobres de valores, os pobres de espírito e de humanidade.

O mais repugnante é que nosso caos social se manifeste no esporte; um dogma do movimento humano; uma expressão do ser; que sempre fincou balizas contra as desigualdades e injustiças. Brasília completa 64 anos, uma das cidades mais segregacionistas do mundo e que acautela os maiores índices de crimes de injúria racial do país. Quando não conseguimos viver em comunidade, respeitando o próximo em sua essência, acabamos no Direito Penal. Nesse estágio final, é crível que nossa sociedade está em ruínas. Citando o refrão da música da Plebe Rude: “Oh, o concreto já rachou!”.